

REABILITAÇÃO POUCO INTRUSIVA E VALORIZAÇÃO DO EDIFICADO ANTIGO

Quinta-feira, 10 de Novembro de 2011, 14:30
Auditório Teotónio Pereira, Sede da Ordem dos Arquitectos, Travessa do Carvalho n.º 23 - Lisboa

ENQUADRAMENTO

A preocupação em minimizar a intervenção quando se reabilitam edifícios históricos está patente nas principais cartas internacionais sobre conservação e restauro do Património, surgindo como um princípio basilar das recomendações do ICOMOS. Mas tal não resulta apenas da necessidade de salvaguardar o valor histórico e artístico dum edifício. Hoje, a necessidade de minimizar as intervenções de reabilitação surge como uma consequência de um princípio muito mais geral, cuja importância é universalmente reconhecida: o da sustentabilidade. Da transposição dos desideratos da sustentabilidade para a área da construção, resulta que, uma vez o País dotado de um parque edificado suficiente e de uma infra-estrutura adequada, a construção nova deve, tendencialmente, destinar-se apenas à substituição das construções que chegam ao limite das possibilidades de reabilitação. Além disso, e com acuidade crescente à medida que o seu peso no conjunto do sector da construção aumenta, as intervenções de reabilitação devem, elas próprias, respeitar os requisitos da sustentabilidade. No caso particular do edificado, tal significa que os arquitectos e os engenheiros devem procurar reduzir ao mínimo a intervenção, seja o edifício existente histórico ou não, por considerações económicas, sociais e ambientais:

Considerações económicas: porque o custo da elevação dos padrões de desempenho de um edifício existente é geralmente superior ao custo

de um acréscimo equivalente num edifício em projecto;

Considerações sociais: porque as intervenções muito intrusivas originam menos-valias em termos patrimoniais e identitários, além de limitarem ou impedirem a utilização dos edifícios durante a execução;

Considerações ambientais: porque os resíduos produzidos e os materiais e a energia consumida são tanto maiores quanto mais intrusiva for a intervenção.

Em consequência, o objectivo de “intervenção mínima”, fazendo quanto possível uso dos materiais, instalações e sistemas já existentes, é válido para a maior parte dos empreendimentos de reabilitação de edifícios, quer os que constituem Património, quer os destinados a usos e ocupações correntes. Constata-se, por outro lado, que uma intervenção “amiga do Património” é também “amiga do Ambiente”, ou seja, inscreve-se, por inerência, nos objectivos da sustentabilidade.

O princípio da intervenção mínima é aplicável em intervenções em qualquer das partes constituintes do edifício: a envolvente (a vizinhança próxima do edifício), o envelope (a “pele” do edifício), os interiores, a estrutura e fundações (a parte do edifício que resiste às forças que sobre ele actuam), e as instalações e sistemas (as redes de abastecimento, os esgotos, os elevadores, os sistemas de AVAC, etc.).



1 - Completa adulteração da estrutura antiga, com grande aumento de cargas verticais.

2 - Destruição do interior de um edifício pombalino a reabilitar.

3 - Reforço supérfluo com utilização de betão armado e seccionamento de paredes de alvenaria para introdução de elementos metálicos.

4 - Seccionamento e demolição localizada de paredes de alvenaria para instalação de rede eléctrica.

PROGRAMA

14:30

Recepção dos participantes

15:00

Boas vindas

- Nadir Bonaccorso, Vice-Presidente do Conselho Directivo Regional do Sul da Ordem dos Arquitectos

15:15

Introdução: Pensar globalmente, agir pontualmente

- Fernando Pinto, Arquitecto-conservador

15:30

Reabilitação pouco intrusiva de edifícios antigos

- Vítor Cóias, Eng.º Civil, Especialista em Estruturas pela OE

16:00

Pausa para café

16:30

Soluções para a execução pouco intrusiva de caves em edifícios existentes

- Alexandre Pinto, Eng.º Civil, Especialista em Geotecnia pela OE

17:00

Debate

17:30

Encerramento

ORGANIZAÇÃO



PATROCÍNIOS



DESTINATÁRIOS

Este seminário destina-se preferencialmente a proprietários ou gestores de património imobiliário interessados em valorizar os seus activos e a profissionais envolvidos na reabilitação urbana, designadamente arquitectos, engenheiros e promotores imobiliários.

INSCRIÇÕES

A entrada é gratuita mas a inscrição é necessária. As inscrições devem ser feitas através do preenchimento da ficha de inscrição disponível em www.gecorpa.pt e do respectivo envio por e-mail (elsa.fonseca@gecorpa.pt) ou fax (213 157 996).



5



6



7



8



9

5 - Casa da Inquisição, Monsaraz. Reconstrução dos pisos.

6 - Instalação de tirantes de contraventamento.

7 - Edifício antigo na Av. da Liberdade, Lisboa. Troço de parede em frontal pombalino reconstruído.

8 - Reparação localizada de um pavimento de madeira.

9 - Obras de escavação e recalçamento de edifício centenário.